



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENDER O RACISMO BRASILEIRO

Gabriel Miranda

g.m.b94_@hotmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Durante mais de trezentos anos, o modo de produção brasileiro se baseou na escravidão, que tinha como mão de obra a população negra. Em 1888, o Brasil se marca na história como o último país das Américas a abolir a escravidão, sem que houvesse, entretanto, nenhum projeto de indenização à população negra por parte do Estado brasileiro. Deste modo, não havia espaço para a população negra inserir-se na sociedade de classes brasileira e na República que surgira em 1889. Destarte, o presente artigo, de caráter bibliográfico e exploratório, pretende demonstrar o modo como a hierarquização entre brancos e negros se construiu ao longo da formação do Brasil e como ela se constitui em um fenômeno marcante para interpretar a realidade social brasileira. Espera-se que as discussões desenvolvidas ao longo deste artigo possam contribuir para fornecer um quadro conceitual e teórico que sirva tanto para orientar as reflexões acerca da condição da população brasileira preta e parda quanto para a construção de políticas públicas de enfrentamento ao racismo.

Palavras-chave:

Racismo. Desigualdade. Ideologia.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

For more than three hundred years, the Brazilian mode of production was based on slavery, which had as its workforce the black population. In 1888, Brazil marks itself in history as the last country in the Americas to abolish slavery, without, however, having any project of indemnification to the black population by the Brazilian State. Thus, there was no place for the black population to enter the Brazilian class society. So, this article, bibliographic and exploratory, intends to demonstrate how the hierarchy between whites and blacks people built throughout the formation of Brazil and how it constitutes a remarkable feature to interpret the Brazilian social reality. It is hoped that the discussions developed throughout this article can contribute to provide a conceptual and theoretical framework that serves both to guide the reflections about the condition of the Brazilian black and brown population and to the construction of public policies to combat racism.

Keywords

Racism. Social Inequality. Ideology.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Compreender o Brasil contemporâneo implica, necessariamente, reconstruir a teia de eventos históricos que marcaram a formação daquilo que hoje, denominamos como Brasil. Deste modo procederam muitos daqueles que são considerados interpretes do Brasil, como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Ruy Mauro Marini, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Clóvis Moura. Embora com ênfases e graus quantitativos diversos, todos os autores supracitados também desenvolveram, em suas obras, estudos acerca da condição da população negra no Brasil. Neste sentido, o presente artigo, de caráter bibliográfico e exploratório, propõe-se a situar a centralidade da discussão acerca da raça, das relações raciais e do racismo na análise da realidade social brasileira.

II. Notas para o debate sobre racismo no Brasil

Karl Marx e Friedrich Engels, n'A Ideologia alemã, afirmam que “conhecemos apenas uma ciência, a ciência da história” (2007, p. 86). Tal acepção demarca o caráter histórico da realidade, construída através da ação daqueles (as) que compõem o gênero humano. É mister indicar esta perspectiva pois, aquilo que apresentaremos como “o racismo brasileiro” possui íntima relação com os processos históricos que marcaram a construção do Estado brasileiro. A fim de demonstrar a relação dialética entre a formação do Brasil e o racismo, o próximo parágrafo propõe uma digressão a outro momento histórico.

Os períodos denominados pelos historiadores como Brasil Colônia e Brasil Império duraram cerca de quatrocentos anos e foram marcados pela presença de um modo de produção baseado na escravidão. No escravismo brasileiro, a condição de escravo era imposta ao outro em decorrência da cor ou, em outros termos, em decorrência da crença de que a população de cor preta e parda era inferior àquela de cor branca. Portanto, a



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

primeira “classe trabalhadora” do Brasil foi a escrava, composta majoritariamente por africanos que, destituídos de sua humanidade, foram submetidos à condição de mero objeto produtor de valor. Sobre este período, Gilberto Freyre – que certamente não é o autor preferível para demonstrar a relação de dominação na escravidão – utiliza a metáfora de que “cada branco da casa-grande ficou com duas mãos esquerdas, e cada negro com duas mãos direitas” (2003, p. 520) para se referir as relações de trabalho durante o período escravocrata.

Este é, portanto, o ponto de partida para compreendermos o racismo no Brasil: a escravidão. Período histórico que nos permite responder ao questionamento “Brasil, a quem teu passado condena?”. Contudo, embora as expressões do racismo no Brasil tenham origem com o processo de colonização e escravidão, o fim destes processos não deriva no fim do racismo, pelo contrário, o ressignifica e o reforça. De acordo com Florestan Fernandes (1972), após a abolição há uma reconfiguração do racismo. Por quê?

A estrutura jurídica em vigor até 1888 admitia a premissa que o grupo etnicorracial negro era inferior ao branco. O racismo – ou a hierarquização entre negros e brancos – era, portanto, expresso indiscriminadamente. A abolição da escravidão, em 1888, embora tenha se constituído em um avanço para a luta antirracista, não forneceu as condições materiais – como acesso à terra ou indenização pelos anos de escravidão– tampouco simbólicas para que o ex-escravo pudesse se inserir na sociedade de classes brasileira. Portanto, embora livre, o negro continuava em uma condição de subalternidade. A hierarquia entre brancos e negros permanecia, assim como a desigualdade que, após 1888, era legitimada pelos pressupostos liberais, que afirmavam que brancos e negros concorriam livremente no mercado competitivo. Descrevendo o período pós-abolição, Darcy Ribeiro aponta que:

Os ex-escravos abandonam as fazendas em que labutavam, ganham as estradas à procura de terrenos baldios em que pudessem acampar, para viverem livres como se estivessem nos quilombos, plantando milho e mandioca para comer. Caíram, então, em tal condição de miserabilidade que a população negra reduziu-se substancialmente (Ribeiro, 1995, p. 221).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nota-se, portanto, que, no período pós-abolição, não houvera nenhuma ação estatal efetiva a fim de intervir nas desigualdades etnicorraciais promovidas pelo período escravocrata. Esta inação do Estado contribuiu para que, no intervalo de 130 anos até o presente momento, o racismo ainda se constitua como uma marca fundante da sociedade brasileira. Para Florestan Fernandes (1972, p. 40), “o padrão brasileiro de relação racial, ainda hoje dominante, foi construído para uma sociedade escravista, ou seja, para manter o ‘negro’ sob a sujeição do ‘branco’”.

O Estado brasileiro, o último das Américas a abolir a escravidão, embora não tenha atuado com políticas públicas que contemplassem em seu escopo a redução das desigualdades de oportunidades a qual estava submetida a população negra, teceu práticas que contribuíram, inclusive, para o aprofundamento das desigualdades. A lei nº 601 de 1850, que através de sua normativa, reduzia substancialmente as possibilidades de ex-escravos adquirirem terras, e a política de branqueamento que permitiu a entrada de milhões de europeus para compor a classe trabalhadora brasileira, são exemplos de ações do Estado brasileiro que denotam o lugar imposto à população negra na República que surgira em 1889.

Embora também racista, a função conferida à população negra brasileira na República era diferente daquela assumida durante o período escravista. O Brasil da primeira metade do século XX é marcado por alterações no plano econômico e político¹ que também incidem no grupo etnicorracial negro. No “plano econômico”, a “crise de 29” coloca em colapso o modelo agrário-exportador brasileiro, haja vista que parceiros comerciais do Brasil, como os Estados Unidos da América, reduzem a demanda pelas *commodities* brasileiras, sobretudo o café. No “plano político”, a “Revolução de 30” situa as bases para o desenvolvimento da industrialização brasileira e consolidação do capitalismo industrial no Brasil. Se no modo de produção escravista, os negros (as) eram escravizados, no emergente capitalismo brasileiro, qual função era imposta para a população negra?

¹ A divisão entre um plano econômico e outro político é artificial e possui finalidades unicamente didáticas.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Na seção três do capítulo vinte e três do primeiro livro d'O Capital, Karl Marx discute a categoria que denomina como exército industrial de reserva. No referido capítulo, o autor demonstra a existência de uma tendência, no processo de acumulação de capital, que resulta no aumento da parcela constante do capital – ou seja, os meios de produção – em detrimento da parcela variável – aquela empreendida no pagamento da força de trabalho. Tal processo seria responsável pelo desemprego estrutural no modo de produção capitalista. Mas além disto, o referido autor também demonstra a funcionalidade exercida pelo exército industrial de reserva para a manutenção do capitalismo.

Partindo do pressuposto de que a força de trabalho consiste em uma mercadoria que é vendida por um trabalhador a um capitalista, o exército industrial de reserva cumpre a função de manter a “lei da oferta e da procura” sempre favorável ao capitalista, que terá maior oferta da mercadoria força de trabalho do que necessita, enquanto os trabalhadores, em termos abstratos, terão mais força de trabalho disponível do que aquela que o mercado irá incorporar. Mesmo que, pelos processos históricos distintos, não se possa transpor o conceito marxiano para a realidade da população de ex-escravos brasileiros, defende-se que a forma imposta à população negra no capitalismo brasileiro, sobretudo no início do processo de industrialização, possui funcionalidade análoga àquela descrita pelo exército industrial de reserva marxiano.

Ora, com a força de trabalho das indústrias podendo ser ocupada pelos imigrantes europeus e seus descendentes, restava ao trabalhador brasileiro e preto disputar as funções de menor prestígio social, exercer atividades informais ou se oferecer para, por um salário menor, executar as mesmas atividades que os trabalhadores brancos. Além dos capitalistas, tal configuração não permite vencedores. O fato de existirem trabalhadores desempregados dispostos a executar as mesmas funções daqueles que estão empregados, por um salário menor, servia, aos capitalistas industriais, como “arma” para conter reivindicações por direitos trabalhistas ou aumento de salários. Enquanto que, para os trabalhadores significava maior precarização das relações de trabalho.

Situar esta discussão histórica assume relevância, pois é através dela que percebemos o racismo não como uma falha moral daqueles (as) que cometem práticas dis-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

criminatórias, e sim como uma estrutura, notadamente política, econômica, social e cultural, que apesar de externa aos sujeitos, exerce poder sobre eles, e impõe ao povo preto, em termos gerais, uma condição de subordinação e precarização. Desta estrutura, que também é ideológica – e portanto, produz subjetividades –, derivam os preconceitos e as práticas discriminatórias, que também assumem a função de reificar o racismo.

Investigações quantitativas desenvolvidas ao longo dos últimos dez anos evidenciam um cenário marcado pela sobrerrepresentação da população preta e parda no sistema penitenciário e nas estatísticas sobre violência física letal, e uma sub-representação no acesso aos postos de trabalho de maior prestígio social, nas casas legislativas e nos índices de escolarização, mesmo com as recentes políticas de ações afirmativas (L. A. Campos, 2015; Theodoro, 2008; Wailselfisz, 2014). Este conjunto de estudos confere alicerces para a tese de que somos herdeiros não apenas de patrimônio financeiro, mas também de patrimônio histórico e cultural e que, portanto, as marcas do período escravocrata são fantasmas que assombram o presente. Como escreveu Karl Marx no início d’O 18 de brumário de Luís Bonaparte: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011a, p. 25).

Negar o racismo e a tese de que somos herdeiros de patrimônio social e histórico implica naturalizar a desigualdade de acesso à renda, os elevados índices de homicídios da população negra, a sub-representação política, e tornar opaco que esta realidade foi construída socialmente, mediante as correlações de forças existentes na sociedade. Negar a hierarquização entre brancos e negros significa reforçá-la, pois implica aceitar o argumento falacioso de que a posição ocupada pela população negra hoje é fruto de fatores não sociais, políticos e econômicos, mas sim individuais. Por fim, a negação do racismo é afirmação dele, pois significa atestar que há algo, no plano biológico ou psicológico, que justifica que a população negra esteja, de acordo com os dados quantitativos, ocupando determinado espaço na estrutura social brasileira.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Parcela da incompreensão acerca do racismo brasileiro tem origem na tentativa de compreendê-lo a partir de outros contextos, como o dos Estados Unidos da América ou da África do Sul, países onde a estrutura jurídica fornecia as bases para a segregação física entre brancos e negros. Enquanto a África do Sul experienciava o *apartheid* até 1994 e os Estados Unidos aplicavam as leis de *Jim Crow* até 1965, o Brasil, logo após a abolição, em 1888, não implementou nenhuma legislação que apartasse fisicamente negros e brancos. Além disto, as teorias científicas e o pensamento social brasileiro já transitavam, desde o início da segunda metade do século XX, em um processo de ceder, paulatinamente, o espaço para formas de compreender as relações raciais que tornavam opacas as desigualdades raciais e viam no Brasil “o paraíso das três raças”, o “país da democracia racial”² ou denotavam um caráter positivo na miscigenação. Contudo, conforme citado anteriormente, a ideia de negar o racismo contribui para reforçá-lo.

Para Silvio Luiz de Almeida (2016), não é necessário que haja nenhuma política pública ou lei que segregue a população de negros e negras de determinados espaços e/ou posições de poder, pois o racismo constitui o padrão de normalidade das relações sociais brasileiras. Neste sentido, a contribuição do Estado – ou daqueles que o gerenciavam – para manutenção do racismo não ocorre através da ação, mas sim da inação, da ausência de ações endereçadas a romper com o *status quo*. Portanto, mesmo sem haver nenhuma ação explícita para tal fim, a população negra é, por exemplo, sub-representada nas Universidades, sobretudo nos cursos tradicionais, e sobrerrepresentada nos corpos que ocupam os postos de trabalho mais precarizados.

III. Considerações preliminares

Neste momento da argumentação, é importante destacar que, o legado imposto pelo modo de produção escravista e pela posterior não integração do negro, não deter-

² Atualmente, tal argumento ainda é utilizado a fim de mascarar o racismo brasileiro. O tema de uma telenovela veiculada pela Rede Globo de Televisões no ano de 2016, entoava os seguintes versos “Negro, branco, pardo, colorido, caucasiano... todos em um grito de não ao preconceito, viva a miscigenação! Mistura de raças, somos a cor do Brasil”.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mina as trajetórias de vida dos sujeitos – mas contribui para determinar. Aliás, nada, ou quase nada, em ciências sociais é determinado, ou, como escreveu André Singer (2012, p. 254), “muita coisa, talvez quase tudo, em ciências sociais, é impossível de comprovar”. Em termos gerais, a contribuição dos processos históricos reside em constranger ou incentivar os rumos das histórias de vida – que também são influenciadas por uma série de outras variáveis – dos sujeitos, que são, ao mesmo tempo, assujeitados pelas estruturas sociais e sujeitos de si, no sentido de que, dadas as circunstâncias, podem construir e executar suas trajetórias de vida.

Portanto, a retórica de que “existem pessoas negras ricas” não é suficiente para refutar a tese do racismo brasileiro. É certo que existem pessoas negras que são ricas, famosas, parlamentares, e bem-sucedidas das mais diversas formas. Por este motivo, inclusive, é correto afirmar que o racismo existe independentemente da posição de classe dos sujeitos, pois este se constitui como uma estrutura objetiva e simbólica, entretanto, os efeitos do racismo nos indivíduos irão depender da posição de classe destes (Rocha, 2009). Em outros termos, um jovem negro de classe média possui mais ferramentas – materiais e imateriais – para enfrentar e superar o racismo do que um jovem negro que é oriundo dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora.

Também a retórica de que “existem pessoas negras que afirmam não existir racismo” não resiste. Tal argumento parte da pressuposição de que o conhecimento deriva, necessariamente, da experiência empírica. E, portanto, aqueles que experienciam a vida como pessoas de cor preta, possuem, impreterivelmente, todas as condições necessárias para analisar as relações raciais. É certo que as experiências empíricas da população preta contribuem para conhecermos e analisarmos o racismo, do mesmo modo que é legítimo e necessário que um grupo etnicorracial historicamente marginalizado tenha espaços para dar vazão a uma voz silenciada ao longo da história. Contudo, homens e mulheres constroem – com o auxílio de aparelhos ideológicos como a mídia, e, portanto, esta construção nunca é um empreendimento individual –, concepções através das quais buscam compreender a realidade.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Neste sentido, operários fabris podem negar a exploração, mulheres podem negar a presença do patriarcado na sociedade brasileira, e pessoas negras podem acreditar que o racismo não existe. Ainda assim, a realidade existe concretamente, independente de como os sujeitos a compreendem (ou veem). O fato de um daltônico enxergar o rosa como branco não torna o rosa branco. Negar o racismo, ainda que tal negação parta de alguém de cor preta, também não o faz desaparecer.

Ainda, em *Os estabelecidos e os outsiders*, Norbert Elias e John L. Scotson (2000) demonstram, através de pesquisa etnográfica, como o estigma social imposto a um grupo costuma penetrar em seus membros, ao ponto destes terem a sua autoimagem distorcida e se compreenderem enquanto inferiores. Embora o estudo de Norbert Elias não tratasse de um processo de diferenciação por “raça”, o autor fornece subsídios que orientam a pensar o processo de produção de subjetividades em uma sociedade que reproduz, através das relações sociais e da mídia, a superioridade de uma estética não-negra.

Por fim, é válido reiterar que, o racismo, fenômeno que consiste na hierarquização entre seres humanos por alguma característica, seja ela cultural, religiosa ou biológica, se expressa no Brasil, pela hierarquização entre brancos e pretos, e todos os traços culturais, estéticos e religiosos que representam a matriz afrodescendente. Entretanto, é mister destacar que, como pontua Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012), o conceito de raças não tem alguma sustentação biológica. Do ponto de vista biológico, pretos e brancos compõe a mesma espécie, a espécie humana. Deste modo, os termos raça e racismo são utilizados ao longo deste manuscrito a partir do seu caráter eminentemente social.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Bibliografía

- Almeida, S. L. (2016). Apresentação Dossiê Marxismo e Questão Racial. *Margem esquerda – ensaios marxistas*, 27, 23-25.
- Campos, L. A. (2015). Socialismo Moreno, Conservadorismo Pálido? Cor e Recrutamento Partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas Eleições de 2012. *Dados*, 58(3), 689-719. doi: 10.1590/00115258201556
- Fernandes, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Brasil: Difusão Européia do Livro.
- Freyre, G. (2003). *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (48ª ed.). São Paulo, Brasil: Global.
- Guimarães, A. S. A. (2012). *Classes, raças e democracia* (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Editora 34.
- Marx, K. & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Marx, K. (2011a). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Marx, K. (2011b). *O Capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de acumulação do capital*. (R. Enderle, Trad., 2ª ed.). São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Norbert, E. & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Rocha, E. (2009). Cor e dor moral: sobre o racismo na ralé. In: J. Souza. *A ralé brasileira: quem é e como vive* (pp. 353-384). Belo Horizonte, Brasil: Editora UFMG.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador* (1ª ed.). São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Theodoro, M. (2008). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília, Brasil: IPEA.

Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa da Violência: Os jovens do Brasil*. Brasília, Brasil. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf